



CAMPANHA SALARIAL 2021



São Mateus-ES, 18 de maio de 2021
Câmara de Vereadores de São Mateus - ES

**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO
DE ANÁLISE DA FOPAG DA PMSM
A PARTIR DE 2016 ATÉ 2020**

Todas as informações aqui apresentadas foram extraídas de relatórios encaminhados pelo setor de finanças do município.

- Análise do ano 2016 - Último ano do Prefeito Amadeu Boroto.
- Análise do ano 2017 - Primeiro ano do Prefeito Daniel da Açaí.
- Análise do ano 2018 - Segundo ano do Prefeito Daniel da Açaí. (ANO ELEITORAL, DECRETO REDUÇÃO FOPAG E “VACÂNCIA” DOS APOSENTADOS)
- Análise do ano 2019 - Terceiro ano do Prefeito Daniel da Açaí.
- Análise do ano 2020 – Quarto ano do Prefeito Daniel da Açaí. (ANO ELEITORAL).

Primeiro semestre 2016 à 2020 em \$

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
2016	14.210.685,74	10.011.417,71	11.674.871,52	12.193.228,72	12.011.094,70	12.074.576,84
2017	11.088.033,67	11.628.095,07	12.868.585,66	13.040.409,44	12.777.697,48	12.657.374,72
2018	13.038.928,48	13.600.708,96	13.500.236,57	13.209.001,18	13.659.569,69	13.095.685,16
2019	18.372.717,94	13.323.528,14	12.492.534,08	13.304.111,87	13.054.989,68	12.701.556,86
2020	16.890.366,90	12.213.298,91	13.464.294,47	3.621.856,25	22.230.064,42	13.680.213,63
Diferença						
2016/2017	- 3.122.652,07	+ 1.616.677,36	+ 1.193.714,14	+ 847.180,72	+ 766.602,78	+ 582.797,88
Diferença						
2017/2018	+ 1.950.894,81	+ 1.972.613,89	+ 631.650,91	+ 168.591,74	+ 881.872,21	+ 438.310,44
Diferença						
2018/2019	+ 5.333.789,46	- 277.180,82	- 1.007.702,49	+ 95.110,69	- 604.580,01	- 394.128,30
Diferença						
2019/2020	- 1.482.351,04	- 1.110.229,23	+ 971.760,39	- 9682.255,62	+ 9.175.074,74	- 978.656,77

Segundo semestre 2016 à 2020 em \$

Ano	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2016	12.363.239,27	12.364.033,93	5.360.314,75	12.407.763,99	12.960.352,78	16.082.207,02
2017	13.239.122,54	12.253.371,21	13.532.557,85	13.879.035,32	13.677.015,50	16.264.941,55
2018	13.715.382,38	14.057.589,93	13.617.237,65	10.181.570,74	2.597.992,52	23.716.890,24
2019	12.685.580,67	12.577.731,10	12.547.104,17	12.695.883,36	13.561.581,38	12.676.595,01
2020	13.004.327,37	13.752.156,75	13.124.121,48	13.565.757,81	14.556.741,83	20.557.227,02
Diferença 2016/2017	+ 875.883,27	- 110.662,72	+ 8.169.243,10	+ 1.471.271,33	+ 716.662,72	+ 182.734,53
Diferença 2017/2018	+ 476.259,84	+ 1.804.218,72	+ 84.679,80	- 3.697.464,58	- 11.079.022,98	+ 7.451.948,69
Diferença 2018/2019	- 1.029.801,71	- 1.479.858,83	- 1.070.133,48	+ 2.514.312,62	+ 10.963.588,86	- 11.040.295,23
Diferença 2019/2020	+ 318.746,70	+ 1.174.425,65	+ 577.017,31	+ 869.874,45	+ 995.160,45	+ 7.880.632,01

CAÇA AS BRUXAS



Referência: Rede Gazeta de
Comunicações

OBSERVAÇÕES 2018

De janeiro a julho a folha ficava em torno de 13 milhões, em 04 de junho de 2018 publicou-se o Decreto de nº 9.826/2018 que trata da redução de despesas com pessoal, pelo que observamos, não houve redução em julho e no mês de agosto a folha chegou a 14 milhões, em setembro voltou a 13 milhões e no período de setembro a dezembro, ocorreu nesse ano a vacância de cargos dos aposentados. Nota-se, que em novembro a folha foi de 2 milhões, ou seja, reduziu basicamente 11 milhões. Em dezembro a folha chegou a 23 milhões, somando aos 2 milhões de novembro e dividindo por dois, chegamos ao valor de 12,5 milhões de gastos com pessoal. (somatória de números inteiros, para base).

No segundo ano de governo, nota-se que houve aumento de valor nos meses de janeiro e fevereiro, todos os demais meses com exceção de outubro e novembro houve acréscimo no gasto com pessoal. Chama a atenção a queda de mais de 3 milhões no mês de outubro e de mais de 11 milhões em novembro. Se deduzir o valor de dezembro 2018 com o mesmo mês em 2017, temos uma diferença de mais de 7 milhões que somados aos mais de 2 milhões do mês anterior (novembro) totalizam quase 10 milhões, sendo assim, o mês de outubro, aparentemente passa a ser nossa referência em percentual da LRF que fica em 49,97%, visto que foi quando aconteceu a vacância dos cargos (aposentados). Ressaltamos ainda que desde junho de 2018 o decreto deveria reduzir o gasto com pessoal, o que não aconteceu, comprovadamente analisando os números. Ao que tudo indica, o decreto só serviu para impactar na vida dos servidores efetivos e aposentados, sobrando assim, verbas para custear regalias/benefícios a quem for conveniente a administração pública. Ressaltamos ainda, que 2018 foi ano de eleições, observar a FOPAG do mês de agosto.

Se considerarmos o valor de outubro/2018 10 milhões e calcular o percentual da LRF com base na receita de 24 milhões, média de 2019, chegaríamos ao percentual de 41,76% de gasto com pessoal, ou seja, temos uma margem de 12,24% para concessão de reajuste de salário dos servidores públicos municipais.

Em seu terceiro ano, chama a atenção, o gasto com pessoal no mês de dezembro, nota-se que em 2019 ficou em R\$ 12.676.595,01 (doze milhões seiscentos e setenta e seis mil quinhentos e noventa e cinco reais e um centavos) nos anos anteriores ficavam acima de 16 milhões. Até onde sabemos em 2019 houve as rescisões de contrato dos DT's normalmente, pode ser que tenham sido pagos no mês seguinte, visto que em janeiro de 2020 a folha ficou na casa de 16 milhões, observa que em janeiro de 2019 o gasto foi de 18 milhões.

Em seu quarto ano, chama a atenção o gasto com pessoal no mês de abril, notamos que ficou em 3 milhões e no mês subsequente aumento de 9 milhões. Somando o valor de abril com a diferença de maio o total fica na casa dos 12 milhões que corresponde ao valor que predomina, porém, vale lembrar que estamos em ano eleitoral e essa alteração acentuada de valor ocorreu praticamente no prazo limite para contratar e dispensar.

Em novembro e dezembro, a folha voltou a aumentar consideravelmente, pós eleições. Os meses de janeiro e dezembro costumam apresentar valores muito altos e avaliando os anos, não existe uma linha lógica que possa justificar esses valores, bem como em todo o período, existe uma variável nos gastos muito significativo. Notamos que não há diferença de valores pós vacância dos cargos. (aposentados)

Quadro de Margens Percentuais da LRF/Ano

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2016	78,28%	52,46%	59,79%	64,85%	53,52%	56,78%	64,35%	67,30%	29,38%	69,57%	58,49%	64,28%
2017	58,99%	65,66%	62,00%	69,87%	55,19%	61,53%	57,59%	62,91%	72,73%	69,23%	70,55%	61,98%
2018	71,30%	68,67%	76,36%	61,79%	66,38%	61,13%	60,32%	71,34%	66,90%	49,97%	12,95%	94,29%
2019	83,94%	49,85%	56,91%	52,58%	51,21%	53,64%	48,06%	54,57%	50,57%	51,63%	56,94%	41,07%
2020	69,91%	48,39%	53,60%	14,86%	124,24%	54,39%	44,42%	42,83%	43,39%	46,82%	58,98%	67,85%

Quadro de Margens Percentuais da LRF em quantidade de meses por ano:

% LRF	2016	2017	2018	2019	2020
Margem superior a 70%	01	02	04	01	01
Margem inferior a 54%	03	-	02	08	07
Margem entre 54% e 60%	03	03	-	03	02
Margem entre 60% e 70%	05	07	06	-	02

Informações de Média por Ano

ANO	%	FOPAG \$	RECEITA \$
2016	59,92%	R\$ 11.976.148,91	R\$ 20.157.953,75
2017	64,02%	R\$ 13.075.520,00	R\$ 20.533.106,52
2018	63,45%	R\$ 13.165.899,46	R\$ 20.541.973,52
2019	54,25%	R\$ 13.332.826,19	R\$ 24.880.882,18
2020	55,81%	R\$ 14.221.706,41	R\$ 26.746.119,61

A folha de 2016 calculada em percentual da LRF com a receita média de 2020 ficaria com a margem de 44,77%. Nesse caso teríamos 9,22% de margem para negociar o reajuste de salário da categoria.

Se considerarmos o valor de outubro/2018 10 milhões em gastos com pessoal e calcular o percentual da LRF com base na receita de 26 milhões, média de 2020, chegaríamos ao percentual de 38,46% de gasto com pessoal, ou seja, temos uma margem de 15,54% para concessão de reajuste de salário dos servidores públicos municipais.

Após análise de cada informação, os percentuais, as inconstâncias de valores gastos com pessoal, a receita crescente do município em 6 milhões comparando 2018 e 2020, chegamos à conclusão de que a LRF é utilizada pela administração pública como moleta, bem como a LC 173 para justificar o não pagamento de nenhum direito ao servidor municipal. É público e notório que não há gestão da folha de pagamento de forma criteriosa, não houve política salarial para repassar ao menos parte do crescimento da receita ao funcionalismo público. Tudo o que ouvimos do executivo é que o município não tem margem para realizar a reparação das perdas salariais, com isso, o poder de compra do servidor público do município está comprometido.

Ouvimos o discurso de que gasta muito com a folha da educação e que a mesma pesa no orçamento, quando na verdade há de se dizer em investimento na educação do município. Os servidores estão há 5 anos sem quaisquer reajustes de valor, nem o valor do ticket foi revisado, tendo seus direitos legais negados com base em um decreto que não impactou em nada nos gastos com pessoal, ao contrário, nos meses seguintes houve o aumento e desde então é permitido o pagamento de comissões a alguns, plantões necessários, horas extras necessárias, tudo para alguns e a categoria no geral, sendo tratada com total descaso e desrespeito. Como não bastasse, cabe agora a categoria cobrar dos órgãos fiscalizadores (Câmara de Vereadores, Ministério Público, TCES dentre outros) para fazer valer um direito que é garantido por lei e que vem sendo negligenciado pela atual administração pública que ao que tudo indica comete ato de improbidade administrativa e a sensação é de que estamos todos reféns do sistema estrutural orquestrado para impedir que os servidores sejam tratados com o mínimo de dignidade.

Agradecemos a oportunidade!

Em nome dos Servidores Públicos Municipais agradeço aos vereadores na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Mateus, Paulo Fundão e na oportunidade pedimos atuação fiscalizadora dessa casa com relação a folha de pagamento da prefeitura para que possamos garantir os direitos do funcionalismo público municipal.

Apresentação elaborada com base no relatório da FOPAGA da
PMSM 2016 à 2020 também elaborado por:

Herikson Locatelli de Mattos

Presidente do SINDSERV

Coordenador do SINP – Sistema de Negociação Permanente

São Mateus-ES, 18/05/2021



Referências

- <http://saomateus-es.portaltp.com.br/>
- Relatórios entregues pela secretaria de finanças.
- Rede Gazeta de comunicações – matéria veiculada no jornal do Espírito Santo